



## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2012

### Acta n.º 31

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de seis de Dezembro, e aditamento de 12 de Dezembro com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Alteração ao Plano de Urbanização da Frente Mar da cidade de Albufeira; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Albufeira, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, e nos termos conjugados do art. 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, com a Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, e nos termos conjugados do art. 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, com a Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2013/2016, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro;-----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2013, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

-----  
Antes de se proceder à chamada, o Presidente da Assembleia, convida o Membro, Ana Cristina Oliveira para fazer parte da Mesa e secretariar a reunião em substituição da Primeiro-Secretário. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

**PRESENCAS:** Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Laje e Lisboa (membro suplente PSD), Vitor Manuel Clemente da Silva (PS), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira Oliveira



(PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Luis Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Anabela Santos Nobre (membro suplente PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra (PS), Ramiro José Nunes Fernandes (membro suplente BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Rolo, dos Vereadores em regime de permanência, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, e do Vereador em regime de não permanência David Martins.-----

**FALTAS:** Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE).-----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Florbela Caixinha, Helena Simões e Rosário Charrua, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Luis Fernandes, Anabela Nobre e Ramiro Fernandes. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público presente.-----

Luis Magalhães apresenta intervenção escrita. (doc. 1) -----



Ex. mo Sr Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Seja-me permitido, mais uma vez, saudar a pessoa de V. Excia toda a distinta Assembleia.

Há dois anos, tive a honra de utilizar neste lugar o direito que me assiste para expor um problema que julgava, e continuo a julgar mais que nunca, pertinente.

Referia-me à evidente, e passo a repetir os termos da minha intervenção, *discrepância que presidiu ao critério da distribuição dos pontos de iluminação na rua da Torre da Medronheira, no trajecto entre o Posto da GNR e a armação da Maria Luisa que contrasta estranhamente com o que aconteceu na chamada Urbanização da Balaia*, fim de citação.

Relembro que o espaçamento no primeiro caso é de 60 a 70 metros enquanto no segundo varia de 25 a 30, ou seja menos de metade, com a agravante de, neste caso, a densidade habitacional ser inferior.

Embora o então Sr presidente da Câmara se tenha comprometido, como consta da respectiva acta, a que uma resposta escrita me seria dada justificando ou não a discrepância por mim evocada, na realidade isso não aconteceu.

Vi-me assim obrigado, exactamente um ano volvido e neste mesmo local, a perguntar novamente, e cito mais uma vez, *se se poderia saber a razão dessa discrepância*.

O Sr Presidente, reconhecendo a falha, solicitou ao sr vereador que respondesse à minha questão.

A partir daí a situação torna-se, se me é permitido a expressão, surrealista.

Na suposta resposta, e passo a citar a respectiva acta, afirmou o sr vereador *que em relação ao espaçamento das colunas da iluminação pública (tinha feito) uma démarche no sentido de que um técnico da autarquia lá fosse (...) para poder verificar não só o espaçamento mas também a luminosidade. E a conclusão a que esse técnico chegou foi que a intensidade de luminosidade naquele arruamento está dentro dos parâmetros médios aceitáveis*.

Note Sr Presidente, que o sr vereador pretendeu dar uma resposta a uma questão que não foi posta, ou seja se o nível de iluminância ( é este o termo técnico adequado ) estava dentro de hipotéticos parâmetros médios aceitáveis...

O que eu tinha perguntado, em duas Assembleias Municipais, era a razão da discrepância de critérios no espaçamento entre os pontos de iluminação, pois de duas, uma: ou os níveis de iluminância estavam dentro das médias aceitáveis com metade das colunas e então houve esbanjamento inaceitável dos dinheiros públicos, ou então existiram outros tão estranhos como lamentáveis factores que provocaram essa situação, como estranho é que o sr vereador se tenha esquivado a dar uma resposta à questão por ele mesmo evocada no preâmbulo da sua resposta.

Mas o surrealismo da situação não se queda aqui, pois a afirmação de que os níveis estão dentro das médias aceitáveis carece de confirmação. Não ignora, penso eu, o sr vereador a portaria nº 454/2001, publicada no Diário do Governo 1ª série-B, datado de 5 de Maio, nº 104,



que define, no anexo 1, pagina 2612, os níveis de iluminância recomendados e mesmo os tipos do que ele chama colunas de iluminação. Julgo que não haverá legislação mais recente (penitencio-me desde já se estou mal informado), e duvido que não fosse mais restritiva.

Mas queria precisar aqui que, por exemplo, ao nível do nº 27 da Rua Torre da Medronheira, a iluminância é próxima de zero, e em todo o caso inferior ao que ilumina a lua em quarto crescente, como é o caso hoje...Muito gostaria que o tal técnico, de cujas capacidades profissionais não me permito duvidar, me desse a honra de o acompanhar nessa medição!

Enfim, e para reforçar por que considero que a situação é surrealista, é que, no dia seguinte da pseudo-resposta do sr vereador, foi-me endereçado um correio pela exma Camara em que me era comunicado que, em resposta a uma carta minha que eu nem sequer escrevi, e no sentido da beneficiação da iluminação pública da Rua da Medronheira, e de acordo, imaginem, com um despacho do sr vereador, iria ser remetido ao Distribuidor o pedido de orçamento para reforço da rede.

Respondi a essa carta imediatamente, sem nunca ter recebido, evidentemente, qualquer resposta, para realçar a incongruência da situação: o sr vereador no mesmo dia em que me diz que a iluminação estava dentro das médias aceitáveis, repito no mesmo dia, despacha no sentido de pedir um orçamento para reforço da rede para beneficiação da iluminação.

Apetece-me repetir, com sua licença, sr Presidente, o que disse um nosso correligionário há dias: isto não é gozar com o pagode?

Cada vez me parece mais evidente que há uma razão inconfessável para este imbróglio, e até nem estarei muito interessado em a saber, embora outros devessem ter essa preocupação.

O que penso estar no direito de exigir na minha condição de cidadão comum, também albufeirense pelo coração, são duas coisas:

1º que a zona em que habito, assim como muitas outras famílias, tenha o mesmo nível de iluminância que as zonas envolventes e que foram objecto de requalificação ao mesmo tempo.

2º que não me deem respostas falaciosas a perguntas que não faço, contornando a dificuldade em dá-las às efectivamente colocadas.

Aproveito para desejar a todos umas Festas Felizes e que 2013 seja um ano próspero.

  
Luís Magalhães

Albufeira, 19 de Dezembro de 2012





## Cândido Reigado apresenta intervenção escrita. (doc. 2) -----

Olhos de Água, 19/12 2012: Comissão Concelhia de Albufeira do Partido Comunista Português:

**NÃO À EXTINÇÃO DA FREGUESIA DE OLHOS DE ÁGUA!**

Nenhuma freguesia pode ser extinta contra a vontade do povo;

Vai fazer 1 ano dia 22 deste mês, que o Partido Comunista Português, deixou bem marcada a nossa posição em relação ao ataque que o governo do PSD/CDS-PP, se preparava para desferir contra o poder local democrático. Desde a 1ª hora que o PCP tomou posição contra mais este brutal ataque contra o nosso povo. O poder local democrático foi uma das importantes conquistas da Revolução de Abril de 1974, e a tentativa de destruição desta conquista, não é um caso isolado, antes se insere no ataque mais geral e num vergonhoso ajuste de contas e destruição com tudo o que cheire a Abril e aos direitos dos trabalhadores e do nosso povo. Das troicas Nacional e Internacional nada de bom há a esperar e o orçamento de estado para 2013, confirma que as perspectivas da evolução da situação do país são extremamente negativas.

Sem surpresas; já que da política ilegítima das troicas, outra coisa não há que esperar que não seja mais e mais medidas contra os legítimos interesses dos trabalhadores e do povo, aumentando o desemprego, roubando nos salários, pensões e reformas, roubando nos subsídios de férias e de Natal, roubando nos subsídios de desemprego através da redução das prestações mensais e da redução do tempo do mesmo, destruindo o Serviço Nacional de Saúde atacando a Educação e a Segurança Social, investindo de forma brutal contra os direitos laborais, destruindo implacavelmente serviços públicos essenciais, liquidando aspectos cruciais da Democracia, espalhando a pobreza a miséria e a fome.

Do outro lado deste cenário trágico, estão os cofres cada vez mais cheios dos donos dos grandes grupos económicos e financeiros, que é afinal o grande objectivo da política de direita, que praticada pelo PS, PSD e CDS-PP, há mais de 36 anos, flagela impiedosamente Portugal e os portugueses.

A extinção de freguesias, não é para diminuir o défice ou a dívida pública, todas as freguesias não representam mais do que 0,1% do Orçamento de Estado, mas sim destruir uma conquista histórica das populações e acabar com o poder local democrático, alcançado com o 25 de Abril. Se quisessem resolver o problema das contas do estado, renegociavam a dívida, taxavam os milhões de euros de lucros da banca, impediam a fuga de capitais, dinamizavam a actividade económica.

Nas costas e contra a vontade das populações, a unidade técnica da Assembleia da República, composta por eleitos do PSD e do CDS, indicou a extinção da freguesia de Olhos de Água. Daqui fazemos um apelo a toda a população a todos os que estejam contra a destruição das freguesias, neste caso concreto contra a agregação que é o mesmo que extinção; para que não se resignem, para que resistam e lutem em defesa da Freguesia de Olhos de Água.

A ANAFRE convocou para dia 22 deste mês sábado, uma concentração contra a extinção das freguesias, frente a Assembleia da República e apelamos à participação de todos nessa importante jornada de luta, em defesa do Poder Local Democrático.

A luta não termina com a aprovação da Lei 22/2012 na Assembleia da República, pelo contrário, vai prosseguir e intensificar-se e podem os trabalhadores, as populações e os Autarcas contar com o apoio do PCP.

*Pela comissão executiva do PCP,  
Cândido A.M. Reigado*



Carlos Ventura apresenta intervenção escrita. (doc. 3) -----

UMA CIDADANIA DO ALGARVE GENTILMENTE AUTOCORRIGIDA  
E A CIMA, A NIMA RESOLUÇÃO DESEJA ALCANÇAR  
PO OUA LÁZ TEM CONDIÇÕES ESBOÇADAS/  
HOJE/ PÁZ NAU IMPEDOS CAMPOS DO LUXO  
COMUNIDADES E CAMPOS LEXAM PARA CASO

SETOU ESTARSI SEMPRE AO POSSIVEL ESTARSI  
PARA QUA/ POR SITUAÇÕES ANA 2015/2016 VIVAS  
A INCERTEZA DO FUTURO! A INJUSTIÇA/ PROPOZ  
A PARIDADE O PRIMEIRO NO PORTUGAL PLANEJADO  
UM DEACIDIO POR A INJUSTIÇA COLECTIVA  
ACUSO/ ESTOU AQUI POR A INJUSTIÇA A  
NIMA PESSOA AO POUO AOS TRABALHADORES A  
NIMA COLECTIVA POR O GOVERNAR/ COM A  
RESPONSABILIDADE/ A NIMA RESPONSABILIDADE  
POR PREMITIR/ POR O POUO AOS O USO/ IN-  
JUSTIÇA EM ERRO POR A REPRESENTAÇÃO DA NIMA  
CIA A CORRUPÇÃO DESMONTANDO O POUO  
AS INICIATIVAS DA NIMA DEMOCRATIA DE  
JUSTIÇA/ INJUSTIÇA A NIMA SEM POUO  
REFORMULAR A SOCIEDADE INCOMPARAVEL  
INJUSTIÇA A SOCIEDADE LUGAR DE NIMA  
TRATAMENTO LIBERDADE IGUALDADE DO DI-  
REITOS DE VEROS/ GOVERNAR E ESTAR POR  
PERTO DA SOCIEDADE PROMOVENDO O FUTURO  
DE JUSTIÇA  
O ERRO/ COLECTIVIDADE ASISTIDA A NIMA  
EM ESTADO DE CRISE PLANEJADO A NIMA  
DIAS ECONOMICAS DE JUSTIÇA ENFERMA  
DIAMETROS A NIMA FACIL VAMOS FULHOS  
AOS CONDIÇÕES FULHOS DEIXANDO A C  
URBAS/ VIVENDO COM DOCTOS DEVEREMOS  
XGO DE LICENÇAS DE CONDIÇÕES SO POR SI  
UM COMPLETO DE NIMA/ NAU VAMOS TA  
RAN POUO SECTORES DE INTERESSE DE  
JUSTIÇA ANTI-CRIME E JUSTIÇA  
ACUSO ACUSO VAMOS INJUSTIÇA/ POR O  
ESTADO DO PAÍS/ AOS PARLAMENTOS GOVERNAR  
RAN INJUSTIÇA E NIMA LIMA E LIMA



E COSTA/O VACA/ OS SUBSIDIÁRIOS UNIVERSIDADE  
 MODERNA ENTRE MUITOS MAIS.  
 O PAÍS DE TRABALHADORES MERECER RESPEITO  
 QUE FUTURO E BEM-ESTAR E NÃO AO GOSTO  
 DESTABILIZADOR

NÃO SE BRINCA COM O INCOMPARÁVEL COM  
 AS ESPECIES DO FUTURO DA PLANETA DA  
 HUMANIDADE/DESESTABILIZANDO ALBUFEIRA O PAÍS

EM CONSEQUÊNCIA  
 A GENTE EM MUITAS FAMÍLIAS AS CRIANÇAS  
 AS PRIMEIRAS REGRAS DAS CRIANÇAS ESO  
 LUGAR/ALÍ O QUEM UMA DAS MUITAS NARRA  
 TIVAS EM FAZEM UMA PLACCA TRABALHANDO RE  
 TOMADO POR PARTIRNA E LUGAR NASSEBAND  
 SUSTENTAR O ACUMULAR A CRIANÇA FAZEM CONSTAN  
 ESSA SITUAÇÃO É A BOMBADEIRA É A DAVA O  
 ISSO PÁO E OUTROS COLÉGIOS/ E A TELA E  
 TEMO VERBOSAMENTE AMIRAL/ FOI ESSA A  
 GOVERNOS QUE CONSTRUÍRAM/ E DE CARROS  
 DE LUTO COM O GOVERNO E DE QUEM  
 DESEJAM AS ECOLOGIA/ ABRETIAM CARIDA  
 DE DE PRIME E A PRÓXIMA DA DUBIA  
 DESAPARECERAM A PROTEÇÃO DO HABITAT  
 DAS ESPÉCIES EM LOCAIS SALGADOS  
 FALSIAS ETC/ NÃO EXISTINDO PROTEÇÃO  
 A PÓPOLA NATURAL/ A PROTEÇÃO DO FUTURO  
 AMBIENTAL, A QUALIDADE DO AMBIENTE  
 ALTERNATIVA A SOCIEDADE COLECTIVA  
 A DESHONRADA AVALIADA NA LÓGICA DO FUTURO  
 INTERESSE EM DIVERSA NOMES SOBRE  
 DISSIMULADOS INCOMPREENSÍVEL/ LIVROS A  
 SOCIEDADE RETROGRADA SEM INICIATIVA DO  
 REDISTRIBUIÇÃO DO ESCRITÓRIO/ LIVROS A  
 SOCIEDADE INDIVIDUAL/ VEDAMOS COMO QUE  
 FOI CONSTRUÍDO COM OS IMPULSOS A TAP  
 A ALTA AS ADIÇÕES E P/ ESTABOER OS  
 BENS PÚBLICOS DO PAÍS MAIS PÁO DO PÚBLICO  
 MAIS PÚBLICO/ A SOCIEDADE DO SEM SOCIEDADE  
 DIZEM NÃO FAZEM ADE OUSTO E QUE NÃO QUEREM





71

EXCERTE A MIN AMIGADO ALBU  
 FLORENÇA PAMELA ASSOCIADO DESTA  
 BUJEM A CAMPANHA POR DEFENSA DA  
 GALAXIA POR UMA POLÍTICA DE DEFENSA  
 BEM-SUCESADA. QUEM DEVE A FORTUNA  
 DO PAÍS POR VOLTAR A REFORMAR O  
 PODER PODER ECONÓMICO POR FICAR  
 CONSCIENTE  
 POR O INDIVIDUALISMO PROIBIDO DE ATUAR  
 AO ALÉM DO GOVERNOS SUCESSORES/  
 AO PODER ECONÓMICO POR FICAR DE PROVIS-  
 TOS PROIBIDO/QUE SE A SOCIEDADE  
 DE ALÉM DO GOVERNOS SUCESSORES  
 POSSA AO ABUSO DO PODER A INACAPACIDA-  
 DE DEPUTADOS NOS GOVERNOS COMO EM OUTROS  
 GOVERNOS PS. P.S. NOS, NO VOTO ME  
 DIVERSAS ASSEMBLEIAS VOTAR O BEM DE  
 NA UMA CIDADE/NOS GOVERNOS SERIA UM  
 PAÍS/PO CONSCIENTE SÃO VOTOS QUE  
 ESTÁ EM CAUSA/O FUTURO DO PAÍS  
 OU DA CIDADE DA ALDEIA DO CAMPO  
 NO VOTO A HUMANIDADE PESSOAL A COL-  
 EGIÃO O VOTANTE/AS CAPACIDADES  
 VOTAR AO PRIMEIRO DE ACORDO PRIMEIRO  
 O VOTO PRIMEIRO DE CONSCIENTE  
 DESTA ALBUFEIRA QUEM DEVE O  
 PODER DE DEFENSA QUEM AQUI OU LÍBRO  
 DESVALORIZAR O VOTANTE AS CAPACIDADES  
 AO RESPEITO DO TUDO DA HUMANIDADE  
 CRIAR O FUTURO/PERMITIR DE VOTO  
 SE ESTA DEVE A SOCIEDADE QUE PR-  
 PODERAR AO VOTO/SE ESTACER A FOME  
 A HUMANIDADE ESTA CRIA A SEPARAÇÃO  
 SE ESTA CRIA O SEPARAÇÃO PRIMEIRO  
 SE ESTA CRIA O SEPARAÇÃO PRIMEIRO  
 CRIAR O SEPARAÇÃO PRIMEIRO





O LAR PARA A NOSSA / PERGUNTO SE É  
 ESTA SOCIEDADE / DA CONSEQUÊNCIA  
 POUO É SOBERANO TERÁ PENSADO  
 POUO FUTURO TOMAR MEDIDAS PRÓPRIAS  
 ADEQUADAS ÀS NECESSIDADES  
 -- MEDIDAS DE VIGILÂNCIA DE POISSOES DE  
 AS RÁDIO OS RIOS AO ENTÃO  
 RUSTO  
 PERGUNTO UMA VEZ SE DOCEMENTE NÃO IRÁ  
 A PARA ALBUFEIRA  
 TORO A PERGUNTA SE NÃO EXISTE  
 UMA Lei DE VERIFICAÇÃO SE CMA SE  
 EXISTE FUNCIONÁRIOS OBTIVERAM OU  
 OBTÉM ILICITAMENTE POR CORRUPÇÃO  
 PERGUNTO NÃO SE É POSSÍVEL  
 VERIFICAR / SE VOU NÃO PENSAR SE  
 EXISTE OU EXISTE AO QUE DIZO AC. CIMA  
 CAS DE CONSTRUÇÃO 102 / 6. POR CANTO  
 ANUAL DE RECEITAS  
 PREVISANDO OS SERVIÇOS / EM PNL  
 PESSOA SE A CMA TEM HISTÓRIA E FIC  
 CAL DE VERIFICAÇÃO ESSA ILICITUDE  
 SUPONHO PERGUNTO  
 ACOMPANHAR AS ACÇÕES POR PARTE DA  
 MISSÃO DE COME DA SECALANJA

APO. SEDE SILVA MAGALHÃES / APO. SEDE SILVA

**Presidente da Câmara:** "Para responder à intervenção do Luis Magalhães, relativamente à questão que colocou aqui acerca da exposição que fez, vou ficar com a cópia dessa



mesma exposição, e com certeza ser-lhe-á respondido às questões que coloca nela, e não só, a todas as que colocou há um ano atrás, conforme referiu.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao membro Ana Cristina Pinto para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA -----**

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

#### **PONTO PRIMEIRO**

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

#### **PONTO SEGUNDO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Alteração ao Plano de Urbanização da Frente Mar da cidade de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Gabriel apresenta proposta de alteração ao Plano de Urbanização da Frente Mar da cidade de Albufeira por parte da comissão de análise, constituída por membros da Assembleia Municipal. (doc. 4) -----



## Comissão da Assembleia Municipal

### Alteração PUFMCA

Nas reuniões sobre a alteração ao Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira chegou-se a acordo nos seguintes pontos:

#### 1 – Equipamentos de Som / Espaços de dança / Música ao vivo:

Ficou acordada a inclusão de um n.º 3 no artigo 12.º com a seguinte redação:

3 – Consideram-se não incluídos no n.º anterior equipamentos de reprodução de imagem, de rádio e de música ambiente, assim como a realização de eventos de música ao vivo com carácter excecional.

#### 2 – Cor do edificado - Branco:

Ficou acordado não incorporar alterações neste âmbito, no entanto sugere esta comissão que numa próxima alteração ao Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira esta alteração seja considerada.

#### 3 – Redação do n.º 5 do artigo 114.º do Regulamento:

Ficou acordado não incorporar alterações neste âmbito, no entanto sugere esta comissão que numa próxima alteração ao Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira, tendo em conta o desnível existente entre a Avenida da Liberdade e a Rua 5 de Outubro, o número máximo de pisos para a Avenida de Liberdade será o de sete pisos, nunca ultrapassado a cêrcea confinante.

*[Handwritten signatures and names: Carlos João, João, Nabeu Mateus, and another signature]*

A Comissão da Assembleia Municipal

*[Handwritten mark]*



Presidente da Assembleia: "Portanto é a introdução deste número três, no artigo doze, e os outros dois pontos ficam como recomendações por analisar."-----

Carlos Lima: "Eu quero falar sobre esta alteração, em que quando estava previsto, falava-se na televisão, e agora já se fala na televisão e no rádio. Eu acho que não se podia colocar nem televisões nem rádios, nem se especificar, porque se calhar depois nós somos obrigados a ter aí uns cinquenta, é qualquer coisa que reproduza som, é uma pandeireta, portanto, nunca isso vai dar resposta a uma fiscalização. Eu acho que se calhar seria melhor arranjar um texto em que se dissesse que eram permitidos equipamentos sonoros, desde que no seu normal funcionamento, não excedessem os decibéis que são permitidos. Portanto, arranjar um texto em que cobrisse aquilo que nos interessa cobrir, e não dizer uma televisão, ou um rádio. Amanhã vão perguntar, e se o rádio tiver leitor de cassetes, é permitido ou não é? E se o rádio em vez de uma coluna tiver duas, é permitido? Eu penso que estar a especificar, e vou contra aquilo que disse no outro dia, porque achei que com o rádio se resolvia, mas penso que mesmo assim não vai resolver, porque há-de haver sempre alguém que tem algum tipo de equipamento sonoro que não se enquadre aí. A nossa ideia é permitir que sejam utilizados equipamentos sonoros, mas que não prejudique aquele regulamento do ruído. Eu penso que isso não vai resolver, e vai haver sempre problemas da fiscalização, e vai haver problemas de interpretação, e vamos continuar a ter reclamações a dizer que não pode ser aprovado porque tem um equipamento sonoro que não é um rádio nem uma televisão. É uma pandeireta, é um telemóvel que estava a reproduzir o som."-----

Presidente da Assembleia: " Eu peço desculpa interromper, mas dá-me licença que eu releia o texto: *Consideram-se não incluídos no número anterior equipamentos de reprodução de imagem, de rádio e de música ambiente, assim como a realização de eventos de música ao vivo com carácter excepcional.* Portanto se forem umas cassetes, com música ambiente está abrangido, aliás esta disposição é uma leitura interpretativa, o que nós não queremos é o tal ruído."-----

Carlos Lima: "Se a interpretação for essa, perante o que está aí escrito, oxalá que sim, e que não venha a haver problemas de interpretação diferente daquele que nós pretendemos."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca a votação a proposta da Câmara Municipal com a proposta de alteração da comissão de análise constituída por membros da Assembleia Municipal. ---

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (26) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Alberto Saraiva, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vitor





Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Sara Serra, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO TERCEIRO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Albufeira, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, e nos termos conjugados do art. 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, com a Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Gostaria de colocar uma questão ao Presidente da Câmara, estive a ver o mapa e não consegui ter uma precisão exacta do número total de funcionários que neste momento a Câmara Municipal tem. Se tem, com certeza alguns dados, com a totalidade de funcionários do município, eu gostava de saber."-----

Presidente da Câmara: "O número exacto de funcionários, sei que anda à volta de mil e trezentos, contando com o pessoal das escolas, que desde dois mil e nove são responsabilidade do município. A Vereadora Ana Pífarro, saberá o número exacto?"-----

Vereadora Ana Pífarro: "O número exacto também não sei, mas deverá andar entre os mil e trezentos, mil trezentos e cinquenta."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----



A proposta é aprovada por maioria. -----

#### **PONTO QUARTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, e nos termos conjugados do art. 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, com a Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima: "Só para clarificar aquilo que foi respondido pelo senhor Presidente, se tem ideia de quantos funcionários estão ligados às escolas, e se não houvesse essa competência, quantos funcionários teria agora a Câmara? Portanto, não contando com os funcionários que estão nas escolas e que agora são da competência da Câmara. Só para ter uma ideia se tem havido um aumento de funcionários, sem ser por a Câmara ter mais competências, ou se tem porque tem, mesmo que não tivesse mais competências. Portanto, aí é que se calhar podemos ter uma ideia de saber quantos funcionários eram, se não houvesse os das escolas."-----

Presidente da Câmara: "Os funcionários das escolas são à volta de trezentos. O número de pessoas não tem aumentado, até porque nem tem havido concursos para tal, alguns até foram fechados quando entrou este tipo de regras e contenção, em que somos obrigados a reduzir três por cento, o número de pessoas que estão no activo, e esses três por cento foram atingidos com as reformas, e infelizmente, com as mortes. E para as pessoas que foram saindo, de uma forma ou de outra, não houve substituições."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----



A proposta é aprovada por maioria. -----

### **PONTO QUINTO e PONTO SEXTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2013/2016, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro;-----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2013, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta os dois pontos para serem discutidos em conjunto e votados separadamente. Ninguém se opõe e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: "Vai ser discutido o documento de maior importância para o município de Albufeira. É certo que aqui relata situações que nós gostaríamos de ver, da parte do senhor Presidente, uma informação sobre esta situação dos números. O imposto municipal sobre os imóveis, a previsão neste preciso momento para dois mil e treze é vinte e quatro milhões. Até ao dia trinta de Novembro, o valor recebido estava na casa dos dezoito milhões e setecentos, contrariamente à situação que estava em dois mil e doze, dezanove milhões, passou em dois mil e treze para vinte e quatro milhões. Muito cuidado sobre esta situação no que diz respeito a receitas que podem demandar o não recebimento das taxas. Relata-se esta situação em todo o plano no que respeita à pasta de receitas. Verifica-se também, a água que está na rubrica zero sete, zero um, zero oito, zero um, previsão para dois mil e treze de dez milhões, quatrocentos e dezanove, o recebimento actual anda na casa dos sete milhões e setecentos, até Novembro, de dois mil e doze, e não irá chegar ao valor que a Câmara previa em dois mil e doze também. É de lamentar estas situações, são preocupantes, nós sentimo-nos como oposição, preocupados, e como tal temos de discutir e analisar esta situação. Remetemos também para uma situação, da conservação no que diz respeito ao saneamento, valores também diferenciados, está previsto seis milhões e meio. Mas mais grave, na rubrica zero nove, venda de bens de investimento, na zero nove zero três zero um, sociedades e quase sociedades não financeiras está previsto, em termos de orçamento, para dois mil e treze, vinte e oito milhões duzentos e sessenta e um mil, há necessidade de uma explicação, para que saibamos a que é que este valor diz respeito, onde está esta receita, se de facto existe. No orçamento da receita de dois mil e doze andou na casa dos cento e treze milhões, em termos já para o ano de dois mil e treze, na casa dos noventa e nove milhões, e a pergunta fundamental é esta: será que iremos atingir este valor para satisfazer todo o compromisso que a Câmara dispõe? Depois, em termos de explicação iria solicitar ao senhor Presidente, acerca de um documento que foi elaborado pela Câmara Municipal e que foi entregue na



Assembleia, neste documento, na página vinte e dois, a Câmara fez uma inventariação de património imobiliário que são seiscentos e quarenta e seis mil euros, que seja o edifício no Cerro da Piedade, é um prédio rústico também no Cerro da Piedade e é o edifício do antigo Tribunal. Depois, na página vinte e três do mesmo documento, o município prevê concretizar concessões, e há uma que esta Assembleia já deliberou nesse sentido e por unanimidade, a concessão da construção do crematório, mas a concessão de águas e saneamentos a qual deverá estar concluída até ao final de Outubro do corrente ano. Não me diga senhor Presidente, que também deste valor, dos vinte e oito milhões, estão aqui os anéis, aquilo que a Câmara tem de bom, que ainda vai dando algum dinheiro, de tesouraria, que é a água. Vamos trespassar este tipo de economia? Vamos vender os anéis que ficaram nos dedos, ou vendemos os dedos também? Na primeira abordagem ao orçamento, julgo ter deixado algumas questões muito pertinentes e de grande preocupação."-----

-----  
O Presidente da Assembleia sai da sala e a Primeiro-Secretário toma o seu lugar.-----  
 -----

Francisco Oliveira: "Na sequência da intervenção do meu colega de bancada, relativamente à questão orçamental, de facto preocupa-nos saber que Albufeira tem vinte e oito milhões em sociedades não financeiras. Pelo que me parece numa análise, nestas áreas sou desconhecedor, mas se calhar estamos a falar aqui de valores muito semelhantes àqueles que aprovámos, aqui nesta Assembleia referentes ao PAEL. É de facto preocupante esta situação, porque na eventualidade de estarmos aqui a contabilizar montantes até noventa e nove milhões de euros, e sabendo nós as dificuldades que o município tem tido para a execução orçamental, vai ser muito inferior, para já não falar da possibilidade, e não queremos que isso aconteça, porque o PAEL supostamente está aprovado, no entanto tem de ser aprovado em termos finais, mas há ainda que contabilizar o valor do empréstimo bancário, e verificamos com alguma preocupação, que num quadro que consta no orçamento, estão contabilizados o capital dos juros relativamente ao empréstimo do PAEL, mas não está contabilizado o valor dos juros que supostamente seria na ordem de dezoito por cento do empréstimo que irá ser obtido junto da Banca. E portanto, mais uma vez, temos aqui uma dificuldade em conseguir encontrar estes valores, porque estamos a falar de qualquer coisa como oitocentos mil euros por ano. Fazendo as contas com o que temos de pagar ao PAEL, de capital e de juros, que são cerca de um milhão e trezentos mil, estamos a falar em valores extremamente elevados. A questão que eu coloco, numa situação, em que a Câmara já passou por certas dificuldades, que venha a apresentar um orçamento que não corresponde à realidade, que tenha um plano B. Que é falhando uma situação ou outra, qual o plano B? E o plano B é saber se, efectivamente, não tivermos





possibilidade de outros financiamentos, qual é a perspectiva política da Câmara Municipal no que diz respeito ao corte, onde é que se vai cortar? Qual é, efectivamente, a solução para que, caso haja uma redução efectiva das receitas, caso não chegue este empréstimo, caso não se consiga atingir os valores que foram referidos nos aumentos, quer do IMI, quer das águas, e também verificamos, que cada vez mais, devido às dificuldades financeiras das pessoas, estão a deixar de pagar os IMIs, estão a deixar de pagar a água, há toda uma série de situações. Colocava então a questão ao Presidente, saber qual é o plano B, numa perspectiva de redução maciça, ou pelo menos com algum impacto nesta receita. Porque nós temos vindo a verificar que os orçamentos, apesar de a sua execução ser inferior, os orçamentos aumentam, e passamos de um orçamento de dois mil e onze para dois mil e doze de cem milhões, vamos sempre subindo, não havendo um controle da situação da despesa, e essa mesma seja equiparada à receita. A minha questão então era, primeiro, a explicação de onde é que se enquadram estes vinte e oito milhões, e segundo, a existência ou não de um plano B, caso falhem as previsões que estão aqui neste orçamento."-----

Presidente da Câmara: "O senhor Vitor Clemente fala na questão do IMI, de facto no orçamento são vinte e quatro milhões para dois mil e treze e até trinta de Novembro de dois mil e doze, ainda não temos esses dados. Relativamente aos números, os números são estes, e depois reflecte já o aumento de zero virgula um, do IMI. Isto são valores que são perfeitamente atingíveis, não quer dizer que se atinjam a cem por cento, vinte e quatro milhões, assim como a água também é. Relativamente aos vinte e oito milhões, que está na rubrica das sociedades, e quase sociedades, a Câmara não tem participações nenhuma. A situação é preocupante, obviamente que é, ter orçamentos que são difíceis de executar, como já disse várias vezes, nós estamos há onze anos, e nos últimos três anos é que as taxas têm sido relativamente baixas, e mesmo assim, estamos acima da média do país, há municípios que têm a taxa de vinte e tal por cento. Isto não é um orçamento de base zero, ou seja, não é um orçamento que reflecte só no que vai acontecer no ano de dois mil e treze, reflecte também a dívida que vem de trás, os tais vinte milhões, que serão pagos pelo PAEL, e depois os dez milhões do reequilíbrio financeiro. Lá está, se somarmos os vinte milhões do PAEL com os dez do empréstimo, dá os trinta milhões, noventa e nove menos trinta, dará sessenta e nove, à volta de sessenta milhões de euros que aí já é possível executarmos, estes vinte e oito milhões, na altura que for aprovado, realmente, o PAEL, e o reequilíbrio financeiro, irá para uma rubrica própria, far-se-á uma alteração orçamental, isto para dizer que não é nada de muito anormal. Relativamente ao plano B, que referiu o Francisco Oliveira, evidentemente que teremos com a entrada das normas do PAEL, as coisas têm de ser cumpridas. Não se prevê nos próximos tempos, no próximo ano, de dois mil e treze que se recupere muito daquilo que se tem perdido



nestes últimos anos, ninguém prevê isso. De qualquer forma irá haver algum espaço de manobra, de redução de custos, mais do que aumento de receitas, neste momento estamos com as taxas do IMI já no máximo, a derrama, já não podemos aumentar também a água. De qualquer das maneiras, existe sempre uma possibilidade de reduzir despesas ao nível do funcionamento. Não se pode reduzir despesas ao nível das refeições escolares, por exemplo, ou dos transportes escolares. Agora existe a possibilidade de reduzir ao nível de combustíveis, da iluminação pública, a questão de racionalizar e optimizar, por exemplo, os transportes de passageiros."-----

-----  
O Presidente da Assembleia regressa à sala e retoma o seu lugar.-----  
 -----

Francisco Oliveira: "A questão que me respondeu, efectivamente que, a receita não pode ser mais que os noventa e nove, ou seja, estamos numa previsão na perspectiva de conseguir executar esses noventa e nove, e de facto a dificuldade aqui é conseguir chegar aos noventa e nove, a coisa estaria certa, e tudo indica que dificilmente nós consigamos chegar aos noventa e nove em termos de receita, pode haver, efectivamente, situações em que baixe o valor, repare, apesar de ter aumentado o zero ponto um por cento do IMI, a verdade é que ainda há aquela cláusula que salvaguarda, que não permite que o IMI aumente para o total daquilo que são as avaliações, penso que durante dois ou três anos, e portanto essa perspectiva poderá, eventualmente, também não ser consentânea com os juros. A questão realmente preocupante é esta, que, não só no que diz respeito às receitas, porque se tivéssemos receitas não havia problema com a despesa, mas há depois a questão relativamente aos vinte e oito milhões, que é uma certa *falácia* a verdade é que o PAEL não permite que se ponha lá no orçamento o que efectivamente não está aprovado, e então vamos vender uma coisa que não temos, que são as sociedades ou quase sociedades que não existem porque nós temos de meter lá qualquer coisa. E mais uma vez nós fazemos entrar pela janela o que não pode entrar pela porta. E a questão é esta, a determinada altura, não querendo ser agoirento, mas se não tivermos a possibilidade de recurso ao empréstimo bancário, ou a outras receitas que venham contemplar estes noventa e nove, vamos ter que, efectivamente, cortar nas gorduras, que neste momento, já nem são gorduras."-----

Vitor Clemente: "Sobre o que o meu colega de bancada Francisco fala da *falácia*, o senhor Presidente ainda não me respondeu, julgaria eu que os vinte e oito milhões estivessem integrados na concessão das águas e saneamento, o valor que fosse vendido, gostaria que o senhor Presidente viesse a responder se de facto é um facto ou não."-----



Presidente da Câmara: "No que diz respeito às concessões, a concessão do crematório já está resolvida, em relação à concessão das águas há três hipóteses, uma delas é a privatização, que é a adopção das Águas do Algarve, outra é realmente a concessão, e a outra é ficar como está. O que está em cima da mesa são as três hipóteses, que estão em estudo."-----

Carlos Lima: "Só para perguntar ao senhor Presidente, se percebi bem, em relação à feitura dos orçamentos. Quando diz que os orçamentos obedecem a regras, que tem a ver com o que é executado no ano anterior. Mas não consigo perceber é, como é que todos os anos ultrapassam trinta ou quarenta ou cinquenta por cento, que é o caso deste ano. Nós temos a execução de dois mil e doze que não chega a cinquenta e tal milhões e temos um orçamento de noventa e nove milhões, se calhar houve essas regras, mas essas regras são muito grandes, porque não é uma pequena percentagem, ou então há algumas coisas em que são fixadas percentagens em relação ao ano anterior, mas há outras, e esses vinte e oito milhões podem aparecer ali e mandam o orçamento para mais trinta ou quarenta por cento daquilo que se pensa que vai realmente acontecer. Gostava de perguntar porque é que esses vinte e oito milhões foram aí colocados. Não vejo necessidade nenhuma contabilística para eles serem colocados aí, se realmente existe no descritivo que não pode colocar as verbas previstas do PAEL, e do possível empréstimo bancário, se não é possível se colocar, não se coloca. E não havia problema nenhum, colocava-se aí, e do outro lado, as regras dizem que se tem de colocar as dívidas, estariam lá os vinte e oito milhões de dívida. E quando o meu colega fala do plano B, o plano B não tinha de existir, o plano B estava aí reflectido já, que se não se conseguir, neste momento em que estamos a fazer o orçamento, o que nós prevemos é isto, são tudo coisas que, eventualmente, estamos a estudar, portanto não devia fazer parte do orçamento. O que isso implicava é que do outro lado, nas promessas, e nas coisas efectivas que se tem de gastar também deveriam estar menos vinte e oito milhões. E aí é que realmente, pela primeira vez, havia a coragem de fazer um orçamento e dizer às pessoas o que é que vai acontecer, com as receitas que nós temos é isto, portanto vamos ter de cortar ou gerir melhor o Giro, vamos ter de gerir melhor isto ou aquilo, porque esta é que é a realidade. Se depois fosse aprovado, aí sim, seria feita uma alteração ao orçamento, em que é colocado o empréstimo e o PAEL. E acho que os orçamentos deviam começar a ser feitos assim, porque as coisas têm de ser ditas, e as pessoas têm de assumir as coisas, e não vale a pena andarmos aqui a enganarmo-nos uns aos outros, porque a realidade é o que é. Mas não é isso que estamos a fazer, temos ali os vinte e oito milhões, as promessas continuam do outro lado, se vier o dinheiro porreiro, não é preciso mudar-se nada, e faz-se uma alteração no orçamento, se não vier o dinheiro, à pois, a culpa não foi nossa, nós até queríamos isto, só que não nos deram o dinheiro. Estamos com um



grave problema, portanto temos de definir já onde é que vamos cortar, depois se vier o dinheiro, já estava previsto cortar aqui e ali, e vamos alargar mais um bocadinho e vamos desafogar um bocado do lado da despesa. É a minha opinião, é o que eu acho que era mais correcto, não percebo nada de orçamentos, agora estranho é que se possa disparar para mais de quarente ou cinquenta por cento, quando disse que tem regras, as regras são muito latas ou então sou eu que não as percebo. É só isso, primeiro esse esclarecimento e depois deixar registado que preferia que realmente começasse a haver em Albufeira orçamentos de verdade, orçamentos reais, estamos a falar em quase trinta por cento do orçamento colocado aí, que não temos garantias."-----

Francisco Oliveira: " Senhor Presidente, há pouco esqueci-me de uma questão muito importante, pela análise do orçamento eu verifiquei que o valor da Nuclegarve, que estava o ano passado com um milhão e trezentos mil, e que este ano é zero. Isto mostra que não há vontade política no sentido da conclusão do projecto da Nuclegarve."-----

Presidente da Câmara: "Para responder ao senhor Carlos Lima, eu disse há pouco que este orçamento não reflecte apenas o que está previsto para dois mil e treze, isso seria assim, caso não houvesse dívida nenhuma, se nós partíssemos do zero, agora a dívida tem de estar reflectida, a dívida vai originar despesa, vai originar pagamentos, tem de estar orçamentado, senão estava a dívida escondida. A dívida tem de lá estar, e a receita tem de ser igual à despesa, logo tem de haver receita capaz de cobrir a dívida que lá está. Temos informações feitas para a DGAL no sentido precisamente de questionar esta situação. Se o POCAL tivesse sido alterado, bastava alterar dois ou três artigos do POCAL, para não ser necessário escrever aquelas alíneas, ou começavam a obrigar os municípios a ter taxas de execução do orçamento à volta de noventa/cem por cento. Quando o Lima diz que dever-se-ia começar, em Albufeira, a haver orçamentos de verdade, orçamentos de verdade houve até há três anos atrás, nestes últimos anos não tem sido possível. Com certeza que não vou fazer promessas, se reparar não falta só aí a Nuclegarve, falta também por exemplo, o lar de terceira idade dos Olhos de Água, também, estava e deixou de estar, faltam aí muitas outras coisas, falta aí um pavilhão desportivo nas Ferreiras e agora não está. Obviamente que, não tendo condições, se estivesse aí colocado, aí é que seria mentiroso. Durante o ano de dois mil e treze, quase de certeza absoluta que não temos condições de participar em nada, quer para a Nuclegarve, quer para o lar da terceira idade, quer para pavilhões, quer para estradas. A qualquer momento é possível fazer uma revisão orçamental. Não é por razões políticas, mas em termos orçamentais estar a colocar





aqui obras para depois não as executar, claro que não. Falando do tal plano B, há sempre necessidade de um plano B, e eu até diria de um plano C, nunca se sabe qual é o problema que vem a seguir, e como é que isto se vai completar em termos de economia, da entrada de receitas, e das necessidades sociais, quando as pessoas precisam mais de apoios sociais é quando o município tem menos. Infelizmente é assim mesmo, temos de tentar reduzir ao máximo, independentemente de haver ou não o PAEL, o reequilíbrio financeiro, temos de continuar a conter determinados tipos de despesas."- Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO 5:** -----

Votos contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra. -----

Abstenções: uma (01) Ramiro Fernandes. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO 6:** -----

Votos contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra. -----

Abstenções: uma (01) Ramiro Fernandes. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----



Ausências: zero (00) -----  
A proposta é aprovada por maioria. -----  
Vitor Clemente apresenta declaração de voto por parte da bancada do Partido Socialista. (Doc.5) -----





**Grupo Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira**

**Orçamento para 2013 e Opções do Plano 2013/2016**

---

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

Tivemos hoje, nesta Assembleia Municipal, oportunidade de apreciar e deliberar sobre as propostas de Orçamento para 2013 e Grandes Opções do Plano para 2013/2016, para o Município de Albufeira, apresentadas pela maioria PSD.

Aguardávamos com alguma expectativa mas já sem ilusões, que sendo este o último ano do mandato do atual executivo e porque já estamos em tempo de termos um orçamento realista e equilibrado que o executivo aproveitasse esta última oportunidade para apresentar um orçamento e um plano sérios e que expressassem as virtualidades e as potencialidades deste município e que, de uma forma realista e séria, equacionassem as opções financeiras para resolver a crise financeira que as contas do município de Albufeira evidenciam.

Mas o atual executivo não percebeu, nem nunca há-de perceber - está-lhes no sangue - que a demagogia e falta de falar verdade, não são o caminho para a resolução dos problemas do concelho bem como para a credibilização dos autarcas aos olhos dos seus munícipes.

As propostas de Orçamento e Opções do Plano que hoje nos são apresentadas são o mais acabado exemplo de demagogia e de falta de seriedade na gestão política.

De um executivo que, muito em particular nos três últimos anos, nos apresentou com orçamentos de ficção onde os valores previstos no capítulo da receita eram fantasiosos como a dura e crua realidade veio a comprovar, "habilidade" que mais não pretendia do que "acomodar" a dívida colossal que iam acumulando nas costas dos munícipes, não se pode esperar muito.

Mas mesmo assim e depois de se ter tornado público que o Município de Albufeira está em desequilíbrio financeiro e que precisou de pedir o financiamento ao Estado e à banca podia ser que fivessem emenda.

Os maus hábitos são de fato difíceis de perder!

E eis que mais uma vez um orçamento de mentira é oferecido aos Albufeirenses, votado e aprovado nesta sala pela maioria PSD liderada, por quem a liderou ao longo deste últimos 11 anos, mas que agora se propõe dar continuidade ao descalabro, dizendo "dêem-me mais uma oportunidade que nós vamos corrigir e reparar a desgraça que causamos!"

E se dúvidas houvesse aqui ficam alguns exemplos:

A DGAL sugere e bem que não se coloque na previsão de receita o valor dos eventuais empréstimos a receber via PAEL ou pelo saneamento financeiro e que as dívidas a liquidar, por já vencidas, devem ser provisionadas como despesa.

Como o orçamento deve ser um exercício equilibrado de receitas e despesas com saldo zero, o curial era não dotar as diferentes rubricas orçamentais do lado da despesa com os valores que se esperam que



2/2  
8

venham a ser cobertos com tais financiamentos e deixar para quando eles viessem a ser aprovados que a autarquia procedesse então a uma revisão orçamental e resolvesse a questão.

Mas como isso era mostrar a evidência de todos o descalabro das contas municipais e perceber-se-ia que não haveria dinheiro para nada sem os referidos empréstimos, optou-se por criar uma "fantasiosa" receita de capital no valor de 28,26 milhões, verba igual à que esperam receber do empréstimo do Estado, via PAEL e do financiamento à banca privada no âmbito do reequilíbrio financeiro.

"Martelam-se" receitas, inventa-se tudo o que for preciso para esconder o buraco para onde nos trouxeram.

Alguém acredita que seja possível realizar 100 milhões de Euros de receita em 2013, quando em 2012 não vão chegar aos 60 milhões de Euros na execução orçamental?

Gostávamos que explicassem aos munícipes quais são as receitas de capital e que bens vão alienar para terem uma previsão de recebimento de 28,26 milhões de Euros?

Será que encontraram um poço de petróleo no parque de estacionamento da Câmara?

Imaginem que o PAEL não é aprovado?

Imaginem que banca não concede o empréstimo os 10 milhões?

Terá sido já a antecipar essa realidade que não colocaram na previsão de despesa os custos com os juros e encargos com este empréstimo, no valor estimado de cerca de 800 mil euros?

A tudo isto, há ainda que juntar mais algumas prendas natalícias para os munícipes, com a assinatura e autoria da maioria PSD na Câmara e na Assembleia Municipal, a saber:

IMI - com uma previsão de receita de 24 milhões de Euros, ou seja prevêem um aumento de cerca de 20%, mais 4 milhões de Euros que tiram aos munícipes para pagar os juros da dívida que causaram.

Água - previsão de receita de 10,5 milhões, cerca de 20% de aumento relativamente à receita cobrada em 2012. É evidente que está aqui evidenciado um aumento de cerca de 20% no custo da água para o ano de 2013;

Taxas de saneamento e resíduos - cobraram cerca de 8 milhões em 2012 e em 2013 prevêem cobrar cerca 10,4 milhões de Euros, um aumento de mais de 20%!

Venda de bens e serviços correntes - onde não devem fechar o ano com uma execução de 15 milhões de Euros, têm agora uma previsão de 22,5 milhões de Euros, ou seja preparam-se para aumentar o custo global dos bens e serviços fornecidos pela autarquia em cerca de 50%!

**Um conselho parem para pensar e não façam mais disparates!**

**Albufeira agradece!**

Por todas estas razões o Partido Socialista está contra a proposta de Orçamento para 2013 e Opções do Plano 2013 a 2016 e em conformidade os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira votam contra tais propostas.

Albufeira, 19/12/2012

O Grupo Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira,

 SARA CARVELA SERRA  
 Luís Ferreira  
 António Duque



Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:05 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 19 de Dezembro de 2012 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----  
A SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_